

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.368.596 - CE (2018/0246536-9)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ**
ADVOGADOS : **ANTÔNIO CLETO GOMES - CE005864**
 KAMILLE CRAVEIRO CUNTO - CE013910
AGRAVADO : **PINGUIM DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.**
ADVOGADO : **SÍLVIA PAULA ALENCAR DINIZ - CE009620**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ contra decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo nobre desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO - TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA - ILEGALIDADE DAS PORTARIAS 38/86 E 45/86 DO DNAEE QUE PERDUROU DURANTE O REGIME DE CONGELAMENTO DE PREÇOS - CONSUMIDOR INDUSTRIAL, COMERCIAL OU RURAL - ILEGITIMIDADE DA PARTE, SOB O ARGUMENTO DE QUE A EMPRESA É CONSUMIDORA DA CLASSE COMERCIAL - INEXISTÊNCIA DE DIFERENCIAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS TENDO EM VISTA O ALCANCE GERAL DO CONGELAMENTO TARIFÁRIO - PRECEDENTES DO STJ - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO" (e-STJ fl. 326).

Nas razões do especial, fundamentado na alínea "c" do permissivo constitucional, a parte recorrente alega dissidência interpretativa acerca do direito à restituição de tarifa de energia indevidamente paga.

É o relatório.

DECIDO.

Trata-se de ação declaratória cumulada com repetição de indébito na qual se discute a cobrança de tarifa de energia elétrica.

Logo, nos termos do art. 9º, § 1º, inciso IX, do RISTJ, a competência para o exame da presente controvérsia está inserida nas atribuições das Turmas de Direito Público desta Corte.

Ante o exposto, determino a redistribuição dos autos.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília-DF, 09 de janeiro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

